

Instituto Floresta Viva

Relatório técnico

Sistematização de informações e levantamento do potencial ecoturístico do **Parque Estadual da Serra do Conduru**

Recomendações e diretrizes para o Plano de Uso Público

Ilhéus, Maio 2011



Apoio:
Aliança para a Conservação da Mata Atlântica



Sistematização de informações e levantamento do potencial ecoturístico do **Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC**

Recomendações e diretrizes para o Plano de Uso Público

1. Introdução
2. Metodologia
3. A situação do turismo na área de influência e no PESC
4. O uso público no Plano de Manejo do PESC
5. Síntese das consultas públicas
6. Inventário do potencial ecoturístico
 - 6.1 Infra-estrutura administrativa do PESC e de apoio ao ecoturismo
 - 6.2 Atrativos ecoturísticos do PESC
 - 6.3 Atrativos ecoturísticos nas propriedades do entorno (APA Itacaré/Serra Grande)
7. Recomendações e diretrizes para um Plano de Uso Público do PESC
8. Recomendações para plataforma eletrônica de comunicação
9. Anexos
10. Fontes de consulta
11. Equipe técnica

1. Introdução

Este documento foi elaborado no âmbito da parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Floresta Viva, duas organizações não governamentais preocupadas com preservação da Mata Atlântica. No termo de parceria, firmado em janeiro de 2011, as organizações se comprometem a desenvolver ações para apoiar a gestão e a conservação do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), no Sul da Bahia.

A Fundação SOS Mata Atlântica atua em representação à Aliança para a Conservação da Mata Atlântica (parceria entre a SOS e a ONG Conservação Internacional). A Aliança estruturou a *Iniciativa Mata Atlântica para Áreas Protegidas*, que tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de programas, projetos especiais e outras ações destinadas a fortalecer e ampliar a capacidade de gestão das unidades de conservação públicas, especialmente aquelas de proteção integral.

Por meio de carta consulta enviada ao Instituto Floresta Viva em dezembro de 2010, a Aliança informou que o PESC havia sido selecionado para receber apoio financeiro visando o desenvolvimento de um Plano Ecoturístico, que contribua tanto para o fortalecimento institucional do parque como também para a divulgação das belezas naturais da região.

Durante o desenvolvimento deste projeto foi constatado que o Plano de Manejo do Parque não previa atividades de visitação pública antes da sua completa regularização fundiária. Até o presente, apenas 50% da área do parque foi desapropriada. O ecoturismo tampouco foi previsto pelo Plano de Manejo que apenas considerava o uso de uma trilha em área próxima à sede da Unidade para fins de educação ambiental. Foi constatado ainda que, no início de 2011, o prazo para implementação do Plano de Manejo expirou.

O conselho de gestão que assumiu em 05 de novembro de 2010, aprovou em reunião ordinária de 15 de abril de 2011 seu regimento interno e elegeu nova secretaria executiva. Neste regimento foi definido que o conselho pode sugerir a atualização do Plano de Manejo e, com isso, priorizar a elaboração e aprovação de um Programa de Uso Público do Parque.

Dado este complexo cenário definiu-se, em comum acordo com os contratantes, que este documento teria um caráter orientador. Considerando a documentação disponível, o levantamento de informações sobre o turismo na região e o potencial ecoturístico do parque e seu entorno, este relatório disponibiliza subsídios técnicos e jurídicos para a elaboração do Programa de Uso Público do PESC. Além disso, apresenta um conjunto de recomendações e diretrizes que deverão apoiar o desenvolvimento das atividades turísticas no parque.



Os termos de referência deste contrato especificaram as seguintes atividades principais que foram atendidas por esse relatório:

- Levantamento e sistematização de informações secundárias e conhecimentos sobre atrativos turísticos no PESC e seu entorno: estudos e relatórios técnicos, planos de manejo, projetos de infra estrutura entre outros;
- Consulta pública (através de entrevistas com atores regionais – chefe do parque, diretoria de unidade de conservação da SEMA, líderes comunitários, empresários de turismo, prefeitura, ongs) e apresentação final.
- Elaboração de parecer técnico para revisão do plano de manejo, que considere vocações mais amplas para a visitação ecoturística comercial do PESC e atividades potencialmente viáveis para implementação de curto prazo, desde que previstas no Plano de Manejo e de baixo impacto ambiental.
- Produção de conteúdo digital que promova o conhecimento e a visitação ecoturística no interior do PESC. Desenho de uma plataforma eletrônica de comunicação para o PESC, valorizando seus atrativos e o patrimônio ambiental regional.

2. Metodologia

Para a elaboração deste relatório, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

Reuniões técnicas preliminares foram realizadas para o planejamento do trabalho e definição das abordagens a serem utilizadas. Participaram dessas discussões a coordenação e equipe técnica do Instituto Floresta Viva, a coordenação da Aliança e o gestor do PESC.

Foram realizados levantamentos bibliográficos e sistematização de informações secundárias e conhecimentos sobre potenciais atrativos turísticos do PESC e seu entorno. Foram analisados os estudos e relatórios técnicos, o plano de manejo da unidade e projetos de infra-estrutura de outros empreendimentos. Não foi possível obter as imagens de satélite inicialmente previstas como base para a plotagem dos atrativos turísticos identificados. O Instituto Floresta Viva se comprometeu a executar esse trabalho no futuro.

Duas visitas de campo ocorreram para reconhecimento da área, identificação de atrativos potenciais do parque e seu entorno, assim como entrevistas com os diferentes atores envolvidos. As viagens foram feitas entre os dias 16 e 24 de fevereiro e dias 11 a 21 de abril de 2011. O detalhamento dos resultados de todas as entrevistas encontra-se em documento anexo.

Constatadas contradições referentes aos prazos para a implantação do Plano de Manejo, foi necessária a contratação de assessoria jurídica especializada. O parecer jurídico encontra-se anexado ao presente relatório. Também foram identificados conflitos sobre



a pertinência do desenvolvimento de atividades ecoturísticas no PESC. Os itens do Plano de Manejo que devem ser revisados e alterados estão destacados em documento anexo.

Esta consultoria também participou de reunião ordinária do conselho gestor do PESC e da Câmara Técnica para a estruturação dos Programas de Manejo. A necessidade de compatibilizar a visita técnica com a participação da equipe na reunião do conselho gestor alterou o cronograma inicial deste trabalho.

A elaboração do relatório final buscou compilar toda a informação pertinente que possa subsidiar a elaboração de um Plano de Uso Público do PESC, seja no corpo do documento principal, seja sob a forma de anexos.

3. A situação do turismo na área de influência e no PESC

Apesar dos elevados índices de visitação turística já existentes na região, principalmente por conta dos atrativos de sol e praia, o ecoturismo ainda é pouco explorado. O parque tem um papel importante: sua visitação precisa ser dinamizada e com isso ampliar a oferta de roteiros ecoturísticos na região e consequente valorização do patrimônio natural florestal.

O desenvolvimento turístico de Itacaré ocorreu após a construção da rodovia Ilhéus-Itacaré, em 1998. Vários resorts e grandes empreendimentos turísticos na área absorvem parte do público que visitam a região. O turismo é uma das principais atividades econômicas locais, uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável.

As principais motivações turísticas da Bahia são a natureza (especialmente associada às praias) e o patrimônio histórico. O Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo - Nordeste), financiado com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) investiu muito nos últimos anos para promover a expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste.

Apesar de tanto investimento foi constatada relativa dificuldade para obtenção de dados atualizados sobre oferta e demanda turística no Estado da Bahia. Os municípios, por sua vez, também não dispõe de dados e inventário turístico - o que prejudica o dimensionamento e necessário planejamento da atividade.

O PESC tem potencial para influenciar positivamente alguns destinos turísticos do Sul da Bahia. Além de valorizar o patrimônio natural, a biodiversidade e a paisagem, os bons exemplos do planejamento e estruturação dos atrativos do parque podem influenciar proprietários e moradores do entorno para um melhor aproveitamento de atividades de convívio com a natureza, turismo de aventura e de observação de fauna e flora. Ou seja, seria uma estratégia complementar ao que já se verifica hoje em relação ao turismo de sol e praia.



A questão principal que tem dificultado a estruturação do ecoturismo no parque está associada ao seu plano de manejo, que não prioriza o uso público antes de ser garantida a regularização fundiária da unidade e não prevê a atividade. O conflito estabelecido se deve também às limitações institucionais do órgão gestor para viabilizar a proteção do parque e a implementação de outras ações vinculadas à visitação pública.

O uso público nunca foi devidamente estruturado no Parque Estadual da Serra do Conduru. O Plano de manejo do PESC foi elaborado por uma equipe do IESB e Conservação Internacional e, em função das dificuldades com a desapropriação das áreas, foi apenas parcialmente implementado. A regularização fundiária continua sendo um grande entrave. A presença de proprietários residentes, acessos e circulação por estradas vicinais dentro do PESC dificultam ações de fiscalização.

Durante as visitas de campo foi constatada a presença de madeireiros em frequente atuação. Foram encontradas em diversas áreas desmatadas, com sua madeira trabalhada em taboas ou mourões, indícios de corte seletivo, por encomenda. Em algumas áreas foi possível escutar tiros, indicativo da continuidade de caça dentro do PESC.

Em entrevistas com moradores e frequentadores da área do parque conseguiu-se facilmente informações sobre as práticas de corte, transporte e canal de comercialização da madeira, ou seja, as causas de degradação ambiental são conhecidas amplamente por toda a comunidade do entorno.

Existem limitadas atrações disponibilizadas atualmente para visitação. Somente um trabalho de planejamento detalhado de longo prazo, com investimentos em infraestrutura e fortalecimento de capacidade institucional de gestão do Programa de Uso Público do parque, será possível reverter o quadro atual.

Como não há cobrança de taxas para visitação, hospedagem, uso da Unidade, e existem dificuldades para custear o mínimo de manutenção dos edifícios do PESC, atualmente solicita-se aos visitantes a doação de materiais de limpeza.

De fato, a visitação hoje restringe-se a uma trilha interpretativa que poderá ser percorrida mediante agendamento e com acompanhamento dos vigilantes do PESC. Para hospedagem, as dependências do PESC podem ser disponibilizadas para grupos de no máximo 40 pessoas, apenas para instituições.

4. O uso público no Plano de Manejo do PESC

Esta análise foi embasada pela leitura do Plano de manejo, principalmente no que se refere a Programas de Uso Público, pelas informações obtidas nas diversas reuniões com a equipe do Floresta Viva (ex-secretários executivos do Conselho Gestor do PESC) e com o gestor do PESC. Os questionamentos identificados na leitura foram, a cada reunião, esclarecidos com o gestor. As limitações, justificativas e dificuldades para o não andamento das propostas de uso público foram discutidas.



O plano foi elaborado em 2004 e 2005 por meio de processo participativo, com reuniões e consultas públicas e tinha como previsão de implantação o prazo de 5 anos. Embora pareça ultrapassado, a grande maioria das recomendações ainda é pertinente.

A regularização fundiária e a indenização dos proprietários até hoje não acontecem no ritmo esperado e continuam demandando total atenção do gestor.

Os recursos humanos previstos, coordenadores de programas, encarregados, assistentes e guardas-parque ainda não foram alocados para a unidade, que não dispõe nem do mínimo de pessoal necessário para o cumprimento de suas atribuições, particularmente para a fiscalização do parque. A informação obtida é que nos últimos anos não houve concurso público e portanto não há pessoal disponível qualificado para o trabalho.

O momento atual é muito oportuno para o planejamento estratégico, revisão de documentação e elaboração de planos de ação haja vista a motivação do recém-eleito conselho gestor e da nova secretaria executiva. O regulamento interno aprovado na última reunião garante ao Conselho Gestor a atribuição de atualizar o plano de manejo e finalmente estruturar os programas e planos de ação.

Uma das principais lacunas identificada no Plano de Manejo referente ao Programa de Uso Público é não prever atividades de ecoturismo. Estão definidas: educação ambiental, pesquisa, recreação e interpretação da natureza. É necessária a inclusão imediata de um subprograma consolidado de ecoturismo. Também deverá ser previsto um plano de monitoramento da atividade turística e capacidade de suporte. Entretanto, o imediato uso parque com ações de ecoturismo, ainda que longe do planejamento ideal, já traria resultados significativos para a conservação do parque. Atualmente, o “não-uso” destas áreas facilita apenas a ação cotidiana de destruição da unidade, corte de madeira e caça.

O documento Anexo 3 tem como objetivo facilitar a avaliação dos pontos mais críticos e prioritários para atualização do Plano de Manejo do PESC. Foram destacados em coloração diferenciada os tópicos relacionados à temática de Uso Público que necessitam ser revisados.

5. Síntese das consultas públicas

Foram realizadas consultas sob a forma de entrevistas e participação em reuniões com diversos grupos de atores sociais relacionados com a atividade turística e com envolvimento direto com o PESC.

A principal preocupação levantada nestas reuniões foi identificar a percepção sobre a importância do Parque e a necessidade de incentivar a sua visita. Foi constatado que o reconhecimento da importância de se incentivar a visita é praticamente unânime.

Até mesmo os pequenos proprietários do entorno do PESC, que poderiam se preocupar em função de potencial concorrência, reconhecem a necessidade de desenvolver novos roteiros e disponibilizar o PESC como atrativo turístico da região. Acreditam que alguns roteiros poderiam ser desenvolvidos compondo conjuntamente os atrativos das propriedades privadas e atrativos do PESC.

Os operadores turísticos do Município de Itacaré comentaram sobre a oportunidade e o bom momento para o lançamento de novos roteiros na região. Muitos conhecem e já operaram o atrativo Cachoeira da Mata e também reconhecem seu importante potencial para visita.

A maioria destes operadores percebeu mudanças no público de Itacaré nos últimos anos e informa que os turistas buscam roteiros mais baratos que ofereçam trilha e praia. O operador receptivo, parceiro de operadoras de ecoturismo de São Paulo, realçou que seu público busca esse tipo de atividade, e demonstrou entusiasmo com a possibilidade de passar a oferecer roteiro com visita ao PESC.

Destaca-se ainda o depoimento do ornitólogo Leonardo Patrial que afirma que a região já é reconhecida pela megadiversidade de aves, muitas delas endêmicas, e que um roteiro específico para observação de aves no parque certamente atrairia o público de observadores. Existe hoje um consolidado e crescente mercado (nacional e internacional) de observadores de aves.

Por sua vez, os operadores de Ilhéus que recebem os turistas de Cruzeiros Marítimos, avaliam existir potencial para atrair este público para o PESC, desde que o roteiro seja curto, ou seja, com cerca de quatro horas de duração.

O anexo 1 apresenta todas as entrevistas realizadas e descreve os principais relatos.

Comentário de um residente que atua na área de turismo:

"o parque é como amor platônico, tão distante da gente... não faz sentido ter um parque fechado!"

6. Inventário do potencial ecoturístico

6.1 Infra-estruturas administrativas e de apoio às atividades turísticas no Parque Estadual da Serra do Conduru:

- Acesso: estrada não pavimentada, rodovia Serra Grande/Uruçuca (BA 653) atualmente em bom estado de conservação. Em períodos de chuvas o acesso só é possível por veículos com tração 4x4.
- Sede administrativa – setor sul
 - Localizada na BA 653, km 13
 - Edifício escritório, salas da administração, sala para reuniões.
 - Cozinha e área para refeitório, e de apoio aos guarda-parques
- Edifício alojamento
 - 8 quartos com capacidade total para 40 pessoas, sendo 4 quartos com 6 camas, e 4 suítes com 4 camas em cada um. O PESC não dispõe de rouparia.
 - sala para reuniões e exposições
- Antigo curral, galpão aberto destinado para guardar madeira apreendida a ser utilizada nas benfeitorias do parque.

Observações:

As estruturas do complexo administrativo estão em bom estado de conservação e são adequadas para receber grupos pequenos de pesquisadores e estudantes.

Tanto para visitação turística quanto para educação ambiental é necessário um local apropriado e estruturado como centro de visitantes, com material informativo sobre o parque, mapas, etc., que ofereça condições para atendimento ao público em geral e para estudantes de ensino fundamental e médio.

O salão de entrada do edifício do alojamento pode ser adaptado provisoriamente para servir como centro de visitantes até que uma estrutura definitiva seja construída. É recomendável definir sanitários masculinos e femininos, local para guardar bolsas e material escolar durante a visita ao PESC.



6.2 Atrativos ecoturísticos do PESc

- **Trilha Interpretativa**

Trilha interpretativa circular desenvolvida pelo Programa Melhores Práticas para Ecoturismo – MPE. Ação desenvolvida pelo Instituto Ecobrasil e Funbio.

- Extensão: aproximadamente 1,4 km

- Grau de dificuldade: fácil/médio

- Trilha circular com pouco inclinação/desnível que percorre trechos de mata em bom estado de conservação, outros em áreas em estágio avançado de regeneração. Algumas árvores foram identificadas e portam placas informativas. Passarelas de madeira foram instaladas para cruzar áreas alagadiças e cursos d'água.

Observações:

A trilha não tem recebido ações adequadas para sua conservação. Necessita de urgente manutenção principalmente nas passarelas de madeira que apresentam taboas soltas ou danificadas, oferecendo risco de acidentes aos visitantes. Alguns trechos apresentam raízes expostas, placas informativas caídas, pregadas de forma irregular ou que foram recolocadas e trocadas. Professores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) alertaram para a existência de placas com informação equivocada.

As demais trilhas próximas à sede foram abertas por madeireiros ou serviam de acesso a outras propriedades, como no caso do acesso ao mirante da “mata da torre”. Tais trilhas necessitam ser avaliadas e estruturadas adequadamente.

Não foram previstas no Plano de Manejo novas trilhas para o uso público. Atualmente a Trilha Interpretativa do MPE é a única opção para a visita do Parque.

⇒ Investimento com retorno a curto prazo: ao ser recuperada e receber nova sinalização interpretativa oferece condições de atrair a visita de escolas públicas ou privadas, moradores da região e até turistas, mediante agendamento.

- **Mirantes**

Platôs localizados em topos de morro com vistas panorâmicas com potencial para serem estruturados para visita.

Mirante “Pequeno”

Localização: próximo a sede do PESc, junto à trilha interpretativa do MPE.

- Acesso a partir da trilha. Segue-se por uma picada em direção a um curso d'água ainda sem nome, e posteriormente, por uma trilha estreita direto ao mirante pequeno. Deste platô/mirante podem-se avistar Ilhéus e parte da Lagoa Encantada.

Observação:



A trilha de acesso é muito íngreme e apresenta diversos trechos com muita erosão. Este traçado é inadequado para conduzir visitantes ao mirante. É preciso definir um traçado menos íngreme que aproveite as curvas de nível, passe por exemplares arbóreos relevantes. Abaixo do platô há uma casa de pau a pique próxima a área descampada do topo do morro do mirante que pode servir como apoio a visita.

Mirante da Mata da Torre

Localizado na rodovia Serra Grande/Uruçuca, próximo ao acesso que vai para Taboquinhas, à esquerda, pela porteira onde tem a casa de um dos funcionários do Parque. Coordenadas: 0495122 / 8401088.

- Acesso inicial fácil por estradinhas abertas para retirada de madeira em terreno plano. Segue por trilha muito íngreme e escorregadia, com traçado direto por área de mata densa, considerada primária, mas que sofreu retirada de algumas árvores de grande porte e que foi aberta para instalação e manutenção da torre.
 - O platô do mirante é bem amplo, com muitos arbustos que atraindo grande número de beija-flores. No local há ruínas de uma construção pequena que poderia ser aproveitada como estrutura de apoio.
- Vista 180° muito privilegiada da região toda, da planície costeira e oceano ao fundo.

Observações:

A trilha de acesso no trecho final é excessivamente íngreme e apresenta diversos trechos com árvores caídas e erosão. Este traçado é inadequado para conduzir visitantes ao mirante. É preciso definir um traçado menos íngreme que aproveite as curvas de nível e também passe por exemplares arbóreos relevantes. Há potencial para decolagem de Paraglider.

• Cachoeira/poços e rios para banho

Cachoeira da Mata

Localização: acesso pela BA 001, Ilhéus-Itacaré, próximo à Fazenda Boná/Manná altura do km 42, acesso viável com veículo 4x4 por estrada de terra.

- Ampla área do Rio Tijuípe, com larga extensão de queda d'água, muitas pedras e pequenas corredeiras que formam um grande poço cercado por mata ciliar alta em bom estado.
- trata-se de atrativo com grande beleza cênica e apelo para visita
- segundo o ornitólogo Leonardo Patrial tanto a via de acesso como a área próxima à cachoeira proporcionam um dos roteiros mais adequados para observação de aves.

Observações:



A área particular que ainda não foi desapropriada e deve ser priorizada. Pode-se tentar acordo e parceria com o proprietário.

No local são necessários apenas pequenos acertos no traçado da trilha, estruturas para cruzar as pedras para uma pequena ilha fluvial e acesso ao poço para banho.

Há potencial para receber grupos por se tratar de área ampla e com pedras, baixo impacto de pisoteamento.

Verifica-se a necessidade de melhorias de drenagem na estrada que apresenta valas profundas de erosão que podem causar acidentes. Em alguns trechos muito inclinados o solo é muito escorregadio.

⇒ Investimento com retorno a curto prazo e com pouco investimento para a formatação do roteiro. É preciso formatar com o ornitólogo Leonardo Patrial os roteiros adequados para observação de aves, definir forma de promoção e comercialização e ações para acompanhamento e segurança para a operação. Roteiro operado com grupos formados e agendamento prévio.

Rios Tijuípe e Rio Água Vermelha

Proporcionam, em diversos pontos, paisagens expressivas e áreas apropriadas para banho. Podem compor circuitos juntamente com a Cachoeira da Mata e o Campo Cheiroso.

- **Estradas vicinais com potencial para passeios à cavalo ou mountain bike**

Setor sul

Acesso pela rodovia Serra Grande/Uruçuca, próximo ao acesso que vai para Taboquinhas.

- Potencial percurso com 6 km (12 km ida - volta) com alguns trechos em auge e declive, cruzando vales dos rios Águas Claras e Tijuípe, passando por diversas propriedades rurais até um ponto mais alto com vista panorâmica com vales em ambos os lados e Taboquinhas ao fundo.

Setor central e norte

Acesso pela BA 001, Ilhéus-Itacaré, próximo à Fazenda Boná/Manná altura do km 42.

- Potencial percurso circular com distância variável dependendo das estradas selecionadas. Uma opção é cruzar o rio Tijuípe, passar pelas fazendas Caititú, Incon e propriedades com plantios de coco, piaçava e cacau até o limite norte do Parque no rio Água Vermelha. No retorno, pegar o acesso que cruza pelo Campo Cheiroso.

Observações:

Estas estradas atualmente representam os principais acessos para atividades de desmatamento e caça ilegal dentro do parque. O uso planejado para o



ecoturismo deve contribuir para minimizar estes impactos ao garantir a circulação maior e regular de visitantes e funcionários da unidade de conservação.

A área denominada localmente como **"Campo Cheiroso"** encontra-se em estágio muito degradado em função de plantação de coco. Por se tratar de uma vegetação única e com grande capacidade de recuperação, deve ser conservada para estudos, manejada para sua recuperação e visitação. Trata-se de um campo nativo, uma vegetação herbáceo-arbustivas bastante similar às restingas, porém circundada por florestas em altitudes acima de 100m de altitude. Este tipo de vegetação é considerado raro.

⇒ Investimento com retorno a médio prazo e pouco investimento. É preciso formatar com os operadores os roteiros adequados ao perfil do público com que trabalham, definir forma de promoção e ações de acompanhamento e segurança para a operação. Roteiros operados com grupos formados e agendamento prévio.

- **Áreas de recuperação florestal**

O PESC possui áreas de pastagens abandonadas e terrenos onde se praticou a agricultura, com técnicas de corte raso e queimadas. O Instituto Floresta Viva desde 2003 realiza plantios de espécies nativas e recuperação florestal em áreas do parque.

- As áreas destinadas à restauração florestal no interior do PESC receberam, até o momento, o plantio de aproximadamente 300 mil mudas. A equipe do IFV efetua o plantio e mantém as áreas (com o corte do capim), até que as plantas se desenvolvam a um estágio que podem ser abandonadas. A restauração de florestas melhora o solo da região (diminuindo erosões), o clima (sequestrando carbono), geram emprego e renda (pela contratação de mão-de-obra e compra de sementes e mudas) e servem de habitat para a vida silvestre.

Observações:

Estas áreas de recuperação florestal têm potencial para uma série de atividades de visitação pública e educação ambiental. Com monitores capacitados e acompanhamento de um técnico do IFV pode ser desenvolvido um roteiro para visitar as diferentes áreas recuperadas acompanhando, em função das datas dos plantios e de forma comparativa, o crescimento das árvores, o viveiro, a diversidade de espécies e a mudança dos ambientes.

Levantamento fotográfico: potencial ecoturístico do PESC

Fotos: Paula Arantes

Fotos: Infra-estrutura disponível



Sede Administrativa do PESC



Edifício para alojamento

Fotos: Trilha Interpretativa MPE



Detalhes das condições de manutenção das passarelas e da sinalização informativa nas árvores.



Fotos dos mirantes

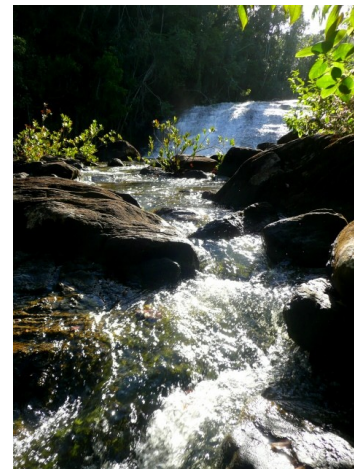


Vista do
Mirante da
Sede

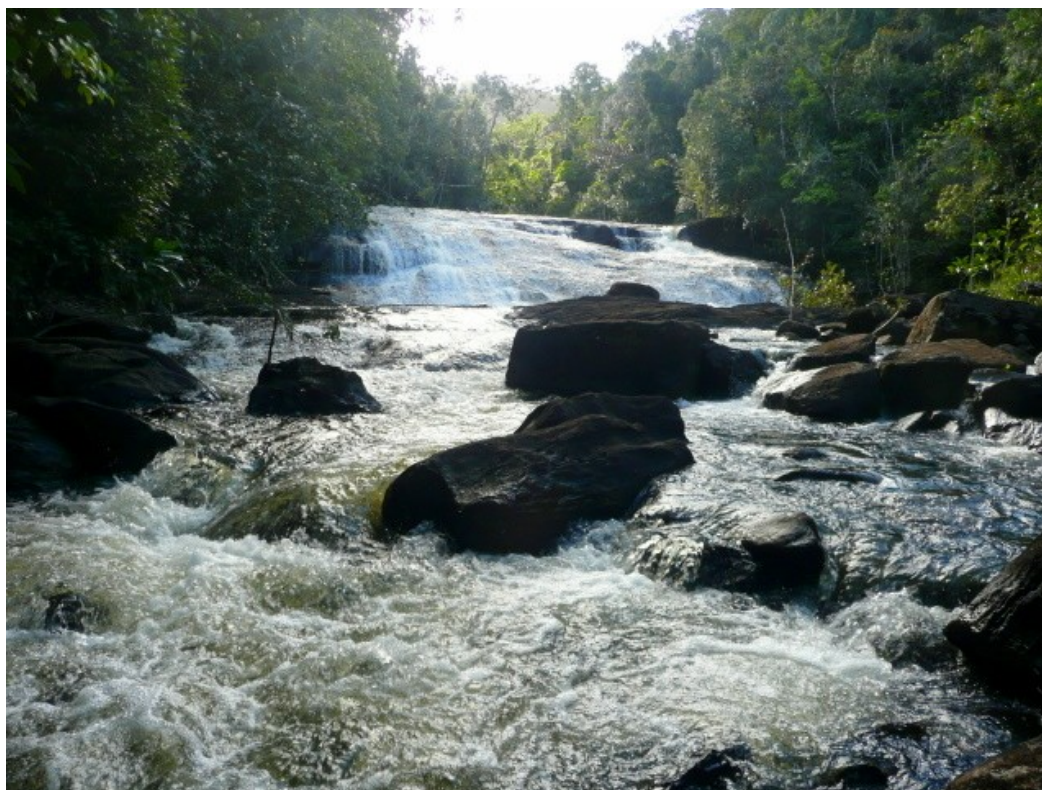
Vistas do Mirante da Mata da Torre



Fotos: Cachoeiras/poços e rios para banho

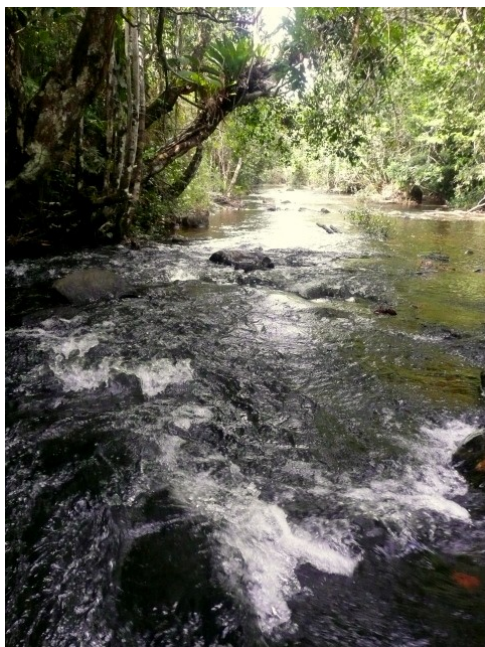


Cachoeira da Mata



Fotos: Poços e rios para banho

Poço do Tijuípe



Corredeiras do Rio Tijuípe



FLORESTA VIVA

Fotos: Estradas Vicinais



6.3 Propriedades do entorno com atrativos turísticos

Todo o entorno do PESC é composto por Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo ao Leste, Norte e Oeste pela APA da Costa de Itacaré/Serra Grande e ao Sul pela APA da Lagoa Encantada e Rio Almada.

Muitas propriedades privadas inseridas nas APAs desenvolvem o turismo como alternativa econômica. Há potencial para o desenvolvimento de roteiros específicos articulando atividades nas propriedades descritas abaixo com visitas ao PESC.

- RPPNs - Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Itacaré: RPPN Pedra do Sabiá, RPPN Rio Capitão, RPPN Araçari
Uruçuca: RPPN Salto Apeiqui e RPPN Jindiba

RPPN Pedra do Sabiá (única que promove atividades ecoturísticas)

Localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) entre Ilhéus e Itacaré, vizinha direta do Parque Estadual da Serra do Conduru

- Desenvolve um programa forte para educação formal e educação ambiental com a comunidade local, mantendo uma escola comunitária própria com fundos da ONG Rosa dos Ventos.
- Possui "Hotel Fazenda" na beira do Rio de Contas, com bangalôs e restaurante.
- Oferece passeios, atividades como massagem, yoga entre outras e programas de observação de aves.
- Para detalhamento de informações, vide website: www.pedradosabia.com

- Cachoeira do Tijúipe - Propriedade particular

Localizada na Rod. Ilhéus Itacaré, km 46 Serra Grande - Uruçuca

- Trilhas para a visita da cachoeirinha e de canteiro com ervas medicinais com traçado em APP e com pouca estrutura para segurança (eventualmente oferecendo maior risco) para o público.
- Estimativa de público diário na temporada variando entre 1500 e 2000 pessoas. Trabalham com a operadora nacional CVC e quase todas os demais operadores de turismo de Ilhéus e Itacaré.
- Na baixa temporada recebem em média um micro-ônibus com 10 pessoas por dia.

- Cachoeira do Sossego - Propriedade particular Sr. Gonçalo e D. Rosa

Local: Rod Ilhéus – Itacaré Km 67

- Pequena propriedade nas margens do Rio Geribucaú, onde captam água para o abastecimento do município de Itacaré. Oferece estacionamento, restaurante caseiro que serve refeição e petiscos, acesso ao poço da cachoeira, recantos com mesas e bancos e área para churrasco.
- Cachoeira com poço e recantos para descanso. Prestam serviços de alimentação e bar.
- Em um pequeno lago artificial cria-se Tambaqui.

Vale verificar o potencial para descida do rio em boia cross.

Não tem interesse em divulgar a cachoeira além das placas indicativas da estrada.

- Campos de Golf - Propriedade de Antônio Borges e Angelina

Local: Estrada Parque Serra Grande – Uruçuca – Km 57

- Fazenda com destaque para a construção em bambú com teto verde, 3 campos de golf em atividade e 2 em finalização.
- Cachoeira com poço para banho e recanto estruturado nas ruínas de mini usina de moagem de cana de açúcar.

- Propriedade da Sra Jeanne e Sr. Erik Sommer

Local: Serra Grande

- Propriedade rural estruturada como fazenda modelo, com criação de gado, porcos, patos, galinhas, horta orgânica. Possui pequeno laticínio e produz queijo fresco. Tem plantação de cacau e estruturas para sua secagem e armazenamento.
- Tem vista panorâmica para a planície litorânea e o mar.
- Possui dois bangalôs, suítes para hóspedes, acomodando até 8 pessoas.
- Utilizam energia eólica.
- Recebem visitantes esporadicamente.

- Mini campo de golf, quadra de tênis - Propriedade de Hari

Local: Serra Grande

- Propriedade particular, segunda residência do proprietário, possui estrutura de fazenda, pequeno campo de golf, quadra de tênis de saibro.
- Vista para a planície litorânea e mar.
- Parceiro do parque com potencial para atuar em conjunto.



- Complexo de Fazendas São Francisco – propriedade de Renato Guedes

Local: Serra Grande

- Antigas fazendas de produção de cacau. Conta com diversas áreas de plantação e estruturas para secagem, armazenamento, museu, loja, marcenaria, capela e espaço para eventos. Oferece trilhas para as cachoeiras. Busca parcerias com operadoras de ecoturismo de São Paulo. Tem via aberta para descer a cachoeira (*cascading*).
- Vista para a planície litorânea e mar.
- Área cotada para o empreendimento "Parque Raizes da Bahia".



7. Recomendações e diretrizes para estruturar um Programa de Uso Público do PESC

Após analisar o Plano de Manejo do PESC, realizar reuniões e entrevistas com os diferentes atores sociais, acessar a documentação disponível e visitar a área, estamos encaminhando para apreciação pelos gestores do parque uma proposta preliminar de Plano de Ação, que pode ser útil para planejamento do uso público em geral e também do ecoturismo nos próximos anos. Esta proposta partiu de um modelo de programa de gestão de outro parque estadual, foi adaptada às necessidades do PESC e poderá ser complementado de acordo com as prioridades estabelecidas pelo conselho gestor.

No anexo 4 detalha-se as atividades necessárias em uma estrutura prática de Plano de Ação que facilita o alcance dos objetivos estratégicos.

Modelo de Programa de Uso Público/Visitação

Este programa tem como objetivo ordenar, orientar e direcionar o uso público do Parque, promovendo o conhecimento do meio ambiente, a educação ambiental e a recreação.

1. Sub-programa de Recreação e Ecoturismo

Destina-se ao estabelecimento e ordenamento das atividades que o público pode desenvolver no PESC, em relação à recreação e lazer. O objetivo maior é o enriquecimento das experiências de caráter ambiental dos visitantes, de acordo com as aptidões e potencialidades dos recursos específicos da Unidade de Conservação.

Objetivos estratégicos atendidos

- Sensibilizar comunidades e visitantes (apoando o combate a exploração de madeira)
- Estreitar relacionamento com as comunidades
- Implantar Programa de Educação Ambiental
- Credenciar e capacitar guias
- Implantar estrutura administrativa e operacional para uso público
- Estruturar trilhas
- Dimensionar e ordenar o fluxo turístico

Objetivos Específicos

- Propiciar atividades recreativas e de lazer estabelecidas de acordo com as aptidões e potencialidades do Parque, por meio de um melhor uso dos recursos;
- Promover o manejo adequado da visitação no interior do Parque, ordenando o uso atual e criando novas oportunidades e alternativas, visando equilibrar as expectativas dos visitantes e demais usuários e a manutenção das condições e atributos naturais do PESC;



- Garantir a segurança do visitante através da disponibilização de equipamentos e normas para todas as áreas previstas para uso público;
- Diminuir a pressão de visitação em alguns locais de maior interesse;
- Gerar renda para o Parque e região;
- Promover o fortalecimento das relações e a integração com o entorno;
- Assegurar a satisfação dos visitantes.

Indicadores

- % da infra-estrutura implantada;
- Arrecadação oriunda da visitação;
- % atrativos implantados entre os previstos no Plano de Manejo;
- % de condutores credenciados e capacitados;
- Número de modalidades / atividades de Uso Público oferecidas pelo PESC;
- Número de atrativos estruturados no entorno do PESC;
- Número de ocorrência de acidentes com visitantes;
- Nível de satisfação dos visitantes.

2. Sub-programa de Interpretação e Educação Ambiental

Esse Subprograma tem por objetivo estimular o visitante, a população local, e os colaboradores do Parque a conhecer e vivenciar o ambiente natural, favorecendo o estabelecimento de uma relação de cuidado, respeito e amor ao meio ambiente e a adoção de uma postura mais consciente e crítica diante do uso dos recursos naturais.

Objetivos Estratégicos atendidos

- Sensibilizar comunidades e visitantes (apoando o combate à exploração da madeira)
- Estreitar relacionamento com as comunidades
- Implantar Programa de Educação Ambiental (ênfase nos madeireiros)
- Comunidades e visitantes atuantes na gestão da unidade
- Ser referência no relacionamento com comunidades

Objetivos Específicos

- Favorecer a melhoria da percepção do visitante acerca do PESC;
- Ampliar a divulgação do PESC e promover os seus recursos naturais e culturais a partir das experiências vividas pelos visitantes em contato mais próximo com as serras, picos, rios, florestas e campos;
- Sensibilizar visitantes, colaboradores e população do entorno para adoção de práticas sustentáveis no seu dia-a-dia;
- Apoiar as escolas da região no desenvolvimento da educação ambiental;
- Despertar nas populações vizinhas o sentido do seu papel de co-responsável na proteção dos recursos naturais da região;
- Compartilhar com instituições governamentais e não-governamentais da região o papel de catalisadores de ações de educação ambiental;
- Contribuir para o resgate, divulgação e valorização da cultura e ambiente da



região.

Indicadores

- Diminuição das evidências dos impactos negativos sobre os recursos naturais e culturais protegidos pelo PESC;
- Aumento no número de projetos de educação ambiental, elaborados e implantados;
- Aumento no número de alunos atendidos pelos programas de educação ambiental;
- Número de eventos de educação ambiental realizados;
- Número de parcerias realizadas e efetivadas;
- Número de adesões de pessoas da região nas campanhas e programas do PESC;
- Número de visitas ao Parque pelas escolas da região;
- Número de atividades realizadas pelas escolas da região com temas ligados à questão ambiental e ao PESC.

A implementação de um projeto como “Descobrimos o Parque”, vinculado a um espaço de Educação Ambiental, propiciará aos alunos a possibilidade de experimentar os vários ambientes do Parque, suas rotinas, suas inter-relações com as populações do entorno, serviços prestados por uma Unidade de Conservação, observações de fenômenos naturais, lições da natureza aplicadas ao cotidiano humano, etc.

3. Sub-programa de Capacidade Suporte ou Capacidade de Carga

Este Sub Programa tem como intenção minimizar os impactos decorrentes do uso público no PESC, por meio da seleção de estratégias de manejo adequadas.

Objetivos Estratégicos atendidos

Estruturar trilhas e ordenar o fluxo turístico

Firmar parcerias com operadores ecoturísticos

Comunidades e visitantes atuantes na gestão da unidade

Objetivo Específico

- Selecionar indicadores das condições recreativas;
- Especificar os limites máximos aceitáveis de impactos para os indicadores;
- Implementar ações e monitorar as condições.

Indicadores

- % das Trilhas do PESC com monitoramento implantado
- número de operadores parceiros

Recomendações e diretrizes gerais

- A revisão e atualização do plano de manejo é urgente, assim como a reavaliação da proposta de zoneamento considerando e contemplando as áreas mais adequadas para a visitação pública. Sem um mínimo de planejamento não se recomenda investir em ações que visem ampliar o número de visitantes no PESC;
- O plano de manejo do parque já contém diversas recomendações úteis sobre o uso público que devem ser consideradas, revisadas e/ou atualizadas;
- O PESC está localizado em uma das regiões de mais alta biodiversidade do mundo. O turismo de qualidade deve valorizar esse patrimônio e proporcionar ao visitante uma experiência que lhe permita compreender a dimensão e a importância dessa alta biodiversidade;
- É necessária uma reestruturação administrativa do PESC para garantir a modernização dos serviços e total cumprimento das responsabilidades administrativas e de proteção, previstas no plano de manejo. É fundamental que o parque disponha de equipe treinada e especializada para atuar com a visitação pública e ecoturismo;
- Durante as atividades de campo deste trabalho foram constatadas evidências de irregularidades como retirada ilegal de madeira e caça. Como já se previa no plano de manejo, não é viável ter investimentos para alavancar a visitação pública e o ecoturismo enquanto persistirem ações predatórias dentro da unidade. É imperativo o fortalecimento da fiscalização no parque e seu entorno;
- Para evitar que as atividades de uso público dependam de longos processos de planejamento e da criação de condições ideais para sua execução, recomenda-se a elaboração de um “Plano de ação emergencial de uso público”, que preveja ações imediatas em áreas onde a visitação já ocorra, e onde os riscos de impacto sejam mínimos. As atividades ligadas à visitação contribuirão para inibir as ações predatórias que foram constatadas;
- O ecoturismo deve ser planejado conjuntamente com operadores especializados e inserindo diretamente a comunidade residente no entorno do parque, de forma a oferecer alternativas de subsistência e reduzir as pressões sobre os recursos naturais da região;
- Devem ser criados câmara técnica e/ou grupos de trabalho permanentes, específicos para uso público e ecoturismo. A participação do conselho consultivo do PESC em todas as etapas de planejamento é indispensável;
- Convocar o grupo, ou parte dele, que participou do programa MPE – Melhores Práticas para o Ecoturismo, resgatar relatórios com recomendações para manutenção, novamente avaliar e propor plano de ação específico para as melhorias necessárias para a trilha.



- É preciso, em caráter de urgência, rever e implementar o plano de regularização fundiária do PESC. É fundamental que a área da Cachoeira da Mata seja considerada como prioritária para desapropriação;
- Deve ser previsto um programa de parcerias com operadores e setor privado para estruturação, promoção e viabilização das atividades ecoturísticas no PESC e entorno;
- Deve ser estimulada a criação da Associação de Amigos do Parque para fortalecer a relação entre a comunidade e os gestores da unidade, facilitar e consolidar parcerias para execução de atividades turísticas;
- É importante que sejam realizados os estudos e análises jurídicas visando criar as condições para implantação de gestão compartilhada / co-gestão da visitação do parque; terceirização/publicização;
- Devem ser fortalecidos os trabalhos de educação ambiental com as escolas da região e estimulada a pesquisa pelas universidades.

8. Recomendações para plataforma eletrônica de comunicação

A existência de uma plataforma eletrônica de comunicação para o PESC é fundamental para a promoção da sua visitação pública e divulgação de seus atrativos. Foram delineados os temas e tópicos que deverão ter seus conteúdos estruturados. Para garantir os melhores resultados em comunicação, devem estar associadas a informação de qualidade e uma linguagem adequada, criativa, esteticamente agradável e acessível aos mais diversos públicos.

A importância da preservação do PESC está diretamente relacionada à alta biodiversidade que caracteriza as florestas da região sul da Bahia. Ao valorizar o patrimônio natural e destacar os atrativos ecoturísticos do parque e seu entorno, deve ser sempre evidenciada a megadiversidade. Esta mensagem deve ser transmitida tanto aos “visitantes” que acessam o website, quanto aos turistas que tem a oportunidade de conhecer o parque pessoalmente. É necessário, portanto, buscar um balanço adequado entre a informação técnica/científica da biodiversidade e dos atrativos turísticos com as logísticas operacionais. Esse é o maior desafio para se montar uma plataforma de comunicação: alcançar o público alvo por meio de uma estratégia informativa, que instigue a curiosidade pela ciência e pelo conhecimento, seja criativa e utilize as diversas mídias disponíveis.

Para cada um dos tópicos listados abaixo será produzido um texto de apoio e em breve serão incluídos mapas e fotos disponibilizadas pela instituição gestora e/ou algumas das produzidas durante as visitas de campo. O foco neste primeiro momento foi estruturar uma proposta de roteiro de conteúdo que precisa ser revisada pelos diferentes atores envolvidos, no mínimo pelo grupo de trabalho do conselho gestor do PESC. Uma jornalista já está trabalhando na melhoria e adequação da linguagem dos textos.

Na realização do inventário ecoturístico foram coletados as coordenadas dos acessos e principais atrativos potenciais. Assim que a imagem de satélite atual do PESC esteja disponível, será produzido um mapa com os pontos e os traçados dos potenciais roteiros para mountain bike e ou turismo equestre plotados.

O Instituto Floresta Viva (IFV) disponibilizou espaço em sua página web para hospedar esta página do PESC, até que o PESC tenha seu domínio próprio. Já foi produzido um rascunho de desenho da página e num futuro breve o IFV junto ao grupo de trabalho do conselho gestor concluirá o design da página para a internet.

Conteúdos mínimos que devem constar em um website do PESC

Características socioambientais do PESC e da região

- a região do sul da Bahia / Costa do Cacao e sua importância para a conservação da Mata Atlântica:
 - Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade
 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e os Hotspots
 - Os corredores Ecológicos; alguns dos maiores remanescentes florestais contínuos de Mata Atlântica
 - As áreas protegidas da região / o SNUC
- a biodiversidade na região e no PESC
 - fauna e flora
 - quadros e tabelas comparativos com a biodiversidade média no mundo
 - espécies endêmicas e ameaçadas de extinção
 - A pesquisa científica sobre biodiversidade (quem pesquisa? O que faz? Resultados!)
- a paisagem da região do PESC
 - as encostas e os vales
 - a água
 - o clima da região e sua influência no parque
 - o papel do parque para regulação climática regional
- os Municípios e a população do entorno
 - quem mora e quantos são;
 - como vivem, atividades econômicas;
 - aspectos culturais e/ou antropológicos.

Histórico e aspectos institucionais do Parque Estadual da Serra do Conduru

- breve história do PESC (como, porque e quando foi criado)
- os desafios para a proteção da Mata Atlântica na região (desmatamento, parque de papel, caça, etc)
- o que é um parque estadual? Quais as leis que protegem?
- normas e regulamentos internos
- a estrutura administrativa e consultiva do parque
 - Conselho Gestor do PESC + integrantes + regimento interno
 - Secretaria executiva do conselho gestor
 - Equipe administrativa
 - Associação Amigos do PESC

O que fazer no PESC e região? Os atrativos turísticos

- atrativos ecoturísticos do PESC (trilhas, cachoeiras, visitas guiadas, produtos disponíveis para venda, outros)
- atrativos turísticos do entorno (fazendas, produtores rurais/agricultores, trilhas, cachoeiras)



- o que trazer quando vier visitar o PESC?
- Mapas
- Imagem de satélite do PESC com, acessos, sede, trilhas e atrativos identificados

Documentação fotográfica

- Fotografia histórica
- Fotografia atual: infra estrutura de receptivo / atrativos
- As paisagens
- A biodiversidade
- Outras atividades

Interatividade e participação do visitante do website

- Como participar da gestão do parque? Como contribuir para a Associação de Amigos do PESC? Mecanismos de doação de recursos.
- Como denunciar agressões e desmatamentos na área do parque e entorno
- Fóruns de discussão eletrônica
- Jogos
- Outros

Documentação disponível e fontes de pesquisa sobre a Mata Atlântica e o PESC

- Plano de Manejo
- Relatórios de pesquisas realizadas no PESC
- Trabalhos acadêmicos

Links úteis

- Organizações parceiras
 - Governo da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente
 - ICMBio - Instituto Chico Mendes; IBAMA
 - ONGs parceiras (Instituto Floresta Viva; Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional; IESB, outras)
 - Operadores turísticos regionais parceiros
 - sites com informações turísticas – Itacaré , Costa do Cacau, Bahiatursa

Contatos

- Email para perguntas, críticas e sugestões;
- Os parceiros do PESC (com link)
- Como chegar? mapas

9. Anexos

- ✧ 1: Relatório das entrevistas realizadas
- ✧ 2: Parecer jurídico
- ✧ 3: Subsídios para a revisão do componente Uso Público do Plano de Manejo do PESC
- ✧ 4: Subsídios para elaboração do Plano de Ação do Programa de Uso Público do PESC
- ✧ 5: Síntese da visita pública realizada e das atividades do PESC entre 2010 e 2011
- ✧ 6: Roteiros turísticos do entorno do PESC divulgados nos sites de promoção do destino Costa do Cacau
- ✧ 7: Roteiros turísticos no entorno do parque oferecidos por operadoras e agências locais

10. Fontes de referência e consulta

Ao longo do trabalho foram levantados, obtidos em diversas fontes, as versões digitais de documentos listados abaixo que de alguma forma são relevantes para embasar estratégias para o planejamento turístico e/ou para compor o futuro site do PESC. Estarão compilados em uma única mídia digital e serão disponibilizados ao IFV e a secretaria executiva do conselho gestor do PESC.

- Plano de manejo do PESC, IESB e Conservação Internacional, 2006
- Relatório com número e perfil dos visitantes do PESC em 2010
- Plano Diretor Urbano Territorial do Distrito de Serra Grande - Município de Urucuá
- Atas de diversas reuniões do conselho gestor do PESC
- Plano Itacaré 2015. Plano de ação municipal.
- Mapa Floresta Viva – Caminhos Rurais e ecoturísticos de Serra Grande e Itacaré
- Base de dados produzida em 2009 para leitura de paisagem, estudos para o diagnóstico situacional do PRUA de Serra Grande.

Documento relevante em andamento (em fase de conclusão):

Inventário de turismo do programa de Planejamento estratégico do Turismo para o município de Urucuá, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento do município de Urucuá em parceria com o Instituto Federal Baiano (uma escola técnica em turismo e hotelaria).

11. Equipe técnica

Paula Arantes, Coordenadora do relatório

Especialista em ecoturismo. Administradora hoteleira com especialização em Ecoturismo e desenvolvimento sustentável. Desenvolve desde 1995 consultorias em planejamento ecoturístico para entidades ambientalistas, proprietários particulares, municípios e unidades de conservação.

Coordena o Setor de Turismo Sustentável e Meio Ambiente da Adventure Sports Fair, o Fórum Interamericano do Turismo Sustentável e o Programa Integrado de Gestão e Sensibilização Ambiental do evento. Coordena no Brasil, pelo LEAD Internacional, o programa Next Generation do banco HSBC de capacitação em desenvolvimento sustentável. É diretora da Muirakitã, Ecoturismo, Eventos e Ações Sustentáveis.

Aline Craveiro, Turismóloga

Coordenadora de projetos de turismo sustentável, há dois anos atua na APA de Itacaré Serra Grande no desenvolvimento de roteiros de turismo de base comunitária, promoção do associativismo com agricultores orgânicos da APA e elaboração de materiais de comunicação sobre ecoturismo no Sul da Bahia.

Rui Barbosa da Rocha, Engenheiro Agrônomo

Diretor do Instituto Floresta Viva, atua na região há 14 anos, contribuindo para a criação do Parque e para a formação do Conselho Gestor do Parque do Conduru. Adquiriu experiência em parcerias com líderes comunitários, gestores públicos, empresários, pesquisadores e educadores, visando promover a conservação da Mata Atlântica nesta região.

Dr. Cosme Nunes Pereira

Advogado, ex-membro titular do Conselho Gestor da APA de Itacaré/Serra Grande; ex-membro titular do Conselho Gestor do PESC; ex-membro titular do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas; atual membro titular e secretário do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itacaré.